Tecnologia Assistiva: Acesso e Uso Por Pessoas com Deficiência Visual

Huang Tzu Yu*, Ana Cláudia Fernandes, Rita de Cássia Ietto Montilha.

Resumo

O objetivo deste estudo foi conhecer o acesso e uso dos recursos da TA por pessoas com deficiência visual de um serviço de reabilitação no interior de São Paulo. Foram utilizados métodos quantitativo e qualitativo. Os usuários relataram dificuldade em relação ao acesso, no entanto, o uso foi avaliado como positivo, ademais, os usuários referem que falta orientação por parte dos profissionais para o uso dos recursos. Os resultados apresentados reforçam a necessidade de obter novas maneiras de favorecer o conhecimento, acesso e uso da TA por pessoas com deficiência visual.

Palavras-chave:

Tecnologia Assistiva, Reabilitação, Deficiência Visual.

Introdução

Tecnologia Assistiva (TA) inclui recursos e instrumentos usados por pessoas com deficiência, proporcionando a elas maior independência nas tarefas cotidianas, aumentando a qualidade de vida, ampliando a sua comunicação, mobilidade e autonomia. É, nesse sentido, que o decreto nº 6949/2009, que promulga a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, preconizou que o acesso e uso à TA por pessoas com deficiência sejam possíveis a um baixo custo, contando com apoio governamental. E considerando tal panorama o objetivo deste estudo foi conhecer o acesso e uso da Tecnologia Assistiva por pessoas com deficiência visual usuárias de um serviço de reabilitação do interior de São Paulo.

Resultados e Discussão

A coleta de dados ocorreu por meio de um corpus já existente pertencente a um projeto mais amplo aprovado pelo CEP por meio do CAEE nº CAEE: 46001215.7.0000.5404. Foram selecionadas e categorizadas partes das entrevistas com os profissionais (11) e usuários (9) conforme se enquadravam à problemática do estudo. Os dados foram analisados e categorizados segundo as técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2004):

1. Acesso à Tecnologia Assistiva

Segundo os relatos analisados observou-se que, em relação ao acesso da TA, o alto custo dos recursos tem sido a principal dificuldade, e quando oferecidos o seguimento é demorado e burocrático. Com relação às atividades escolares, verificou-se que as escolas não possuem os recursos e informações necessários, e a respeito da reabilitação, a maioria dos profissionais relataram suprir a demanda com adaptações simples e de baixo custo para favorecer o acesso aos recursos.

2. Utilização da TA por pessoas com deficiência visual

Os usuários participantes avaliaram a utilização da TA como positiva. E apenas dois profissionais conseguiram dissertar sobre a questão, relatando que os usuários têm um ganho de autonomia e independência na vida cotidiana com os recursos da Tecnologia Assistiva.

Gráfico 1.

3. Conhecimentos dos profissionais sobre a TA

Os usuários referem que ainda faltam orientações, indicações e divulgação por parte dos profissionais para o uso desses recursos. Quanto aos profissionais, foi constatado que 100% possuía conhecimento sobre a Tecnologia Assistiva, no entanto referem que seus conhecimentos são vagos, e procuram conhecer sobre possibilidades de contribuir para a garantia da autonomia e independência de seus pacientes.

Conclusões

Este estudo permitiu verificar que o acesso e uso da TA por usuários com deficiência visual são fundamentais para que a reabilitação possa ser realizada adequadamente, favorecendo, assim, a inclusão social e desenvolvimento escolar dos mesmos. Além disso, verificou-se a necessidade de obter novas estratégias de favorecer o conhecimento de profissionais e usuários sobre o tema. E, além disso, a necessidade de se refletir sobre formas menos burocratizadas e custosas ao acesso e uso da TA por pessoas com deficiência visual, o que traz o dever de se analisar e estudar políticas públicas que envolvem o tema.

Agradecimentos

Agradeço ao SAE Unicamp pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste estudo.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Editora 70, 2004. 223 p.
Brasil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
Brasil. Tecnologia Assistiva. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p.